

**“Meu filho tomou um tiro!”
O extermínio da população favelada e as topografias do horror¹**

Maria Aline Sabino Nascimento
PPGAS/Museu Nacional - UFRJ

Introdução

*Cada bala de fuzil é uma lágrima de Oxalá
Mas na rua né não, na mão dos cana né não
Na cintura era um celular e eles confundem com um
oitão
(O mundo é nosso – Djonga)*

Vinte e quatro de junho de 2018, pela terceira vez subo o morro de uma determinada favela do Rio de Janeiro desde que cheguei na cidade. Nessa ocasião, vou acompanhada por um colega, que conheci através de pesquisas em comum, para assistir mais uma edição de uma batalha poética de rua. Quando chego, já se encontravam muitas pessoas na praça onde aconteceriam as apresentações, e a primeira parte do evento já tinha se iniciado. Poucos dias atrás havia tido uma operação policial no Complexo da Maré, resultando em sete mortos, um deles Marcos Vinícius, estudante de 14 anos que foi alvejado pela polícia quando ia para a escola. Sua morte se transformou em comoção e indignação nacional e naquele domingo, dia vinte e quatro de junho, essa outra favela² faria uma homenagem para Marcos Vinicius através de poesia. No corrimão da praça, estavam cartazes com frases como “deixa os menor viver”;

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² Trato neste trabalho de uma experiência pessoal que tive quando fui a um *slam* (batalha poética) no Rio de Janeiro. Optei por não mencionar o nome da favela onde tal experiência aconteceu, também por não usar os nomes reais das pessoas envolvidas na cena narrada no corpo do texto.

“vidas faveladas importam” e “ele não viu meu uniforme, mãe?”, esta última se referindo a uma das frases dita por Marcos Vinícius antes de morrer.

Assim, busco neste trabalho discutir assassinatos de moradores das favelas do Rio de Janeiro, viso compreender as formações das engrenagens governamentais de uma política de gestão de mortes. Engrenagens que giram nas margens, lugares onde o governo de morte se (re)constrói e é reforçado cotidianamente. Meu objetivo neste texto é mostrar que esses assassinatos são o combustível da *governamentalidade* (Foucault, 2008; 2010) e responsáveis pelo refazimento do Estado. Apresento, primeiramente, uma cena que presenciei que consiste no testemunho de uma mãe. Ao presenciar o assassinato de um vizinho, ela foi acometida pelo desespero ao pensar que a vítima poderia ser seu filho. Fragmentos da cenas darão corpo a esse texto, sendo destacados por mim para mostrar como o cotidiano de violência, tão comum na vida de moradores de favelas, constitui a vida dessas pessoas, não somente *envenenando* (Das, 2007) suas experiências, mas também sendo uma violência geradora de resistência.

“Essa guerra é só um disfarce pra morte de preto, pobre e favelado”

A batalha de poesia já tinha se iniciado e todos estavam sentados no chão, inclusive o júri, que sempre é composto por pessoas da plateia. Eu estava em pé ao lado do pula-pula das crianças quando o nome de Joana foi sorteado para recitar³. Ao entrar no meio da roda ela pediu licença para plateia e jurados/as para poder contar uma história que tinha ocorrido com ela. Foi quando Joana começou a falar:

“vocês não têm noção do quanto eu amo esse lugar e acredito que nossos direitos têm de ser respeitados. E acredito que nós estamos num momento que **nós temos que assumir que existe uma guerra**, mas não é uma guerra às drogas, é uma guerra ao cidadão. E não ao ‘cidadão de bem’, entre aspas, que diz que **bandido bom é bandido morto**, porque na verdade, **essa guerra é só um disfarce pra morte de preto, pobre e favelado**. Eu estava em casa quando ouvi um barulho e fiquei apreensiva porque meu filho tinha saído para jogar futebol. Aí, eu vi aquele menino que é amigo nosso, o

³ A ordem das apresentações individuais é definida por sorteio.

filho do padeiro. Esse menino tava de toca ninja e uma pistola na cintura, e o cara do BOPE enquadrando ele com o fuzil na minha porta, na minha porta literalmente. Eu fiquei estarelecida porque eu não sabia o que eu podia fazer. O menino era **conhecido nosso**, convivia com a nossa família, **amigo da nossa família, filho do padeiro da padaria que a gente comprava pão todos os dias**. Eu não sabia o que fazer. Quando abri a porta, o cara falou 'perdi', tirou a pistola da cintura, jogou as mãos pro alto. Falou 'perdi, valeu', levantou os braços e fez esse gesto [jogando os braços pra cima imitando como fez o vizinho], foi quando **o cara do BOPE assassinou meu amigo**, deu um tiro na cabeça dele. Os miolos voaram em mim, o sangue dele respingou na minha roupa. Eu nunca tinha visto uma pessoa morrer, ainda mais com tiro de fuzil. Eu fiquei inerte, eu fiquei imóvel. Eu não sabia se eu corria, eu não sabia se eu gritava, eu não sabia se eu chorava, eu não sabia se eu chamava o meu marido, porque eu achei... ele tava de toca ninja, ele tava com uma bermuda igual a do meu filho e por um momento, por um segundo eu pensei que era o meu filho ali, e eu gritei '**meu filho! Meu filho tomou um tiro!**'. Aí, corri até o rapaz. **Não era o meu filho, mas era o filho do padeiro, conhecido nosso**. E eu pensei que quando uma pessoa tomasse um tiro de fuzil na cabeça, ela morresse instantaneamente, mas não, ele caiu no chão, eu tentando segurar, fazer alguma coisa... o sangue... vocês não têm noção de quanto sangue manchava o chão da porta da minha casa. Aí vieram os familiares dele. Na hora que as pessoas começaram a gritar, o cara do BOPE pegou a bota imensa e colocou o pé em cima do peito do cara, 'pá! [imitando o pé em cima do corpo] Ninguém mexe, **deixa morrer**'. Todo mundo gritando 'vocês não vão levar, vocês não vão levar', porque eles queriam levar para colocar dentro do camburão **pra acobertar o corpo**, mas por causa da nossa pressão, do nosso escândalo, porque todo mundo começou a gritar e fazer paredinha, ficar na frente, eles não conseguiram puxar o corpo, não conseguiram esconder **aquele crime, que era só mais um para eles, né**. E tudo isso aconteceu lá, ao lado da rua 2, em frente à padaria, na minha porta. Logo depois vi as pessoas correndo, era a vizinha do lado, dona Maria, também tomou um tiro na boca e morreu ao caminho do hospital nesse mesmo dia, nesse mesmo dia! Depois teve o menino Carlos que morreu no escadão naquele mesmo dia. Naquele mesmo dia essas pessoas morreram! E eu fiquei passando mal. Quando meu filho chegou em casa eu olhava pro olho do meu filho, **meu filho que não foi assassinado, mas era o**

filho de outra mãe. A mãe tava chorando porque tinha perdido seu filho. E eu como mãe imaginava, só podia imaginar como era aquela dor. Aí eu fiquei pensando, pensando. Eles recolheram o corpo, a favela se arrumava pra dormir e eu ficava olhando pra mancha de sangue no chão e aquilo embrulhava o meu estômago. Eu me sentia impotente diante do meu povo porque **era um amigo nosso, tudo bem tinha lá seus problemas, era envolvido, mas era um vizinho nosso, gente como a gente, gente aqui da favela, gente da nossa quebrada.**”

A cena acima é descrita por Joana, mãe, cantora e poeta. Sua narrativa não era sobre uma cena fora do comum do cotidiano daquelas pessoas que estavam no local. Porém, o horror e indignação ao ouvir a história foram expressados como se fossem. Alguns silenciaram enquanto Joana narrava sua história e permaneceram assim quando ela acabou. Com esse silêncio, o que chegou até mim é o que Veena Das (1999) afirma sobre um silêncio que fala aquilo que a violência cala. Dores que são indizíveis. Diferentemente de Joana, que encontrou na linguagem uma forma de compartilhar sua dor e assim aliviá-la, foi uma resposta silenciosa de quem ouviu e silenciou com as memórias dolorosas de uma realidade em comum que a fala de Joana trouxe. Na tentativa de sobrevivência de suas sanidades, o silêncio de algumas pessoas da plateia pode ser entendido apontado por Das como uma ferramenta para tornar o mundo habitável de novo. Resultado de uma produção social relacional (Fernandes, 2017) entre Joana e o público.

Na tentativa de compreender como se dão as movimentações estatais usadas para legitimar mortes como a do filho do padeiro, vizinho de Joana, a pesquisadora Juliana Farias (2014) aponta o extermínio da população residente em favelas como aquilo que caracteriza a engrenagem que forma o Estado. Acionando categorias como *territórios de memória*, *substância comum*, *intervalos do cotidiano*, Juliana Farias traça um roteiro que explica o passo a passo de como o Estado legitima essas mortes e sustenta essa *governamentalidade* (Foucault, 2008). As mobilizações das famílias das vítimas acompanhadas por ela se configuram como um *intervalo do cotidiano*, central para sua análise, pois ela busca demonstrar que são nesses intervalos que o

Estado se refaz. São neles que acontecem as ações, tanto do Estado quando dos familiares das vítimas, que irão disputar a quem pertence a legitimidade do discurso sobre essas mortes.

Embasando sua construção analítica a partir do conceito de *governamentalidade* de Foucault (2008), a autora compreende que a soberania não se exerce apenas nos “limites de um território” e “sobre os corpos de um indivíduo”, ela explica que o exercício da soberania cotidiana é múltipla, de sujeitos e de povos, e os indivíduos podem recortar essa multiplicidade (Farias, 2014, p. 7). O que importa entender são as maneiras de administrar essas multiplicidades, a administração burocrática desses corpos. Para tanto, é relevante para a pesquisa a compreensão de que as “relações de poder se processam nas dobras do legal-ilegal” (Ibid., p. 13). Nesse emaranhado de legalidade e ilegalidade é que se encontra os Autos de resistência, estratégia burocrática encontrada pela polícia para a legitimação dessas vidas matáveis (Agamben, 2007; Butler, 2006, 2015).

Na narrativa de Joana, ela introduz a descrição da cena que presenciou com a seguinte afirmação:

“nós temos que assumir que existe uma guerra, mas não é uma guerra às drogas, é uma guerra ao cidadão. E não ao ‘cidadão de bem’, entre aspas, que diz que bandido bom é bandido morto, porque na verdade, essa guerra é só um disfarce pra morte de preto, pobre e favelado.”

Ao acionar a categoria guerra para caracterizar os assassinatos de pessoas pretas, pobres e faveladas, Joana afirma haver um extermínio direcionado a um tipo de população que possui em seus corpos inscrições que os tornam alvos dessa guerra. Para Achille Mbembe (2016), a guerra é uma forma de política continuada, ela dá ao Estado o direito de matar, civilizando e assim legitimando essas mortes. Ela é, portanto, uma forma de fazer política, que não se resume somente ao aniquilamento do ser, mas engloba outras maneiras de decidir quem vive e quem morre. Há várias maneiras de se matar uma população. Quando assumimos que há da parte do Estado um *massacre* de uma determinada população, é possível se verificar que este não começa com o tanque de guerra estacionado na porta de uma moradora de favela, ou

com a cabeça do filho do padeiro estourada pela bala de fuzil do policial do BOPE. O poder de decidir quem vive e quem morre pode ser visto na escassez racionalizada do Estado, quando este torna a precariedade da vida dessa população favelada como uma ferramenta central de gestão de mortes. O processo de aniquilamento dessas vidas se inicia quando a máxima “bandido bom, é bandido morto” extrapola as fronteiras corporais e se instala nos territórios onde vivem esses corpos. Ali, nesses territórios, a precarização está na ordem do dia para tornar o mundo dessas pessoas inabitável.

Em *Quadros de Guerra*, Judith Butler afirma que quando uma população aparece como uma ameaça à vida, seus integrantes não aparecem como vidas, dessa forma a ameaça precisa ser exterminada. Três coisas são de extrema relevância na fala de Joana que destaquei acima: há uma guerra, essa guerra é direcionada a uma população específica e isso resulta na sentença “bandido bom, é bandido morto”. Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe*, elabora uma discussão a respeito da esterilização compulsória que mulheres negras sofreram nos Estados Unidos nos anos de 1970. O objetivo dessa esterilização forçada era puramente eugênico. Uma população específica precisava ser exterminada. Juliana Farias traz em seu trabalho “Governo das mortes” a declaração do ex governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral. Cabral declara que as mães moradoras das favelas são “fábricas de marginais” e que merecem do Estado “técnicas de governo compatíveis com uma proposta de tratamento epidemiológico da população favelada” (Farias, 2014, p. 55).

Dessa maneira, tendo como central para mim as elaborações teóricas de Davis (2016), entendo o extermínio das populações faveladas como uma espécie de *esterilização moderna*. Segundo ela, “a ideologia transforma-se para encontrar novas condições históricas” (Ibid., p. 134). Partindo dessa perspectiva, compreendo que, se no passado mulheres negras eram forçadas a passarem por um processo de esterilização, no presente esse mesmo processo existe, mas de outra forma. Se o Estado, por diversos fatores jurídicos, não pode forçar mães faveladas a ficarem estéreis, então ele mata os filhos que não conseguiu evitar que nascessem. Há uma ligação evidente na linha de pensamento das três autoras, essas movimentações estatais tratam-se de uma política de eugenia que compõe as engrenagens de uma *gestão de morte*. O que eu chamo de

esterilização moderna vai além dos limites individuais de corpos negros, afetando, principalmente, mas não somente eles, passando por um processo de *dessingularização*, que fala Boltanski (2000), dessa esterilização.

O caso Marielle Franco, por exemplo. A vereadora assassinada no dia 14 de março, de 2018, era uma mulher negra, “cria” do Complexo da Maré, eleita com mais de 46 mil votos. Na noite do atentado, o carro que Marielle voltava para casa, juntamente com sua assessora e com o motorista Anderson Pedro Gomes, foi atingido com treze tiros. Marielle foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço. O motorista Anderson também foi executado. O extermínio do corpo negro que ousou ocupar um lugar público e fazer denúncias contra a Polícia Militar do Rio de Janeiro, causou tamanha indignação que sete meses depois foram eleitas mais quatro mandatas negras do partido que Marielle fazia parte. Ou seja, esse assassinato foi *dessingularizado*. Ele não foi apenas uma morte individual, mas também coletiva, afetando corpos negros e brancos que após esse atentado se organizaram para fazer com que esse assassinato de se transformasse em catalisador de formas e estratégias de resistência.

“O cara do BOPE assassinou meu amigo”

Outra relevante discussão feita por Juliana Farias em sua tese é sobre Auto de resistência. O auto de resistência se configura na alegação do policial de que foi em legítima defesa que matou um “suspeito”. Para Farias (2014), eles fazem parte da administração burocrática desses corpos matáveis e através deles é possível compreender a engrenagem dessa gestão de morte (p. 10). Em suas palavras:

Analisando dispositivos de produção das favelas como espaços heterotópicos no Rio de Janeiro, Leite (2013) localiza o “auto de resistência” em um conjunto de dispositivos governamentais que atribuem “ao agente policial “na ponta” a prerrogativa de decidir quando, como e contra quem agir de forma extra-legal, em um movimento discricionário que “embaralha” o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo (FARIAS, 2014, p. 12)

Nesse emaranhado do legal e do ilegal, Farias contrasta o argumento do auto de resistência com a *Zona de tatuagem* ou *Zona T*. Essa zona consiste na marca em forma de T realizada pela pólvora que sai do fuzil e é deixada no corpo

da vítima. É através do laudo cadavérico que é possível localizar a *Zona T*, que também só é possível de existir se o disparo da arma tenha sido realizado a curta distância. Portanto, se um tiro foi dado pelas costas do suposto suspeito e a curta distância, dificilmente ele tenha resistido à abordagem policial.

Ainda sobre esse emaranhado do legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, é que adentramos na discussão a respeito dos *territórios de memória*. São nos intervalos do cotidiano que acontecem as disputas sobre qual discurso sobre os enquadramentos morais da vítima serão legítimos. Uma batalha é travada pelos familiares e pelo Estado, onde esse último questiona a idoneidade da vítima. Para o Estado, é através do questionamento desta idoneidade que é possível a legitimação de uma vida passível de ser matável. É afirmando que a vítima era envolvida com o tráfico, portava drogas, portava arma, compartilhamentos de “*fake News*” em redes sociais na internet sobre seu envolvimento com o crime, que a polícia afirma que aquele sujeito era uma ameaça às vidas (Butler, 2015) dos “cidadãos de bem”. Joana afirma na descrição da cena presenciada por ela que

“nós temos que assumir que existe uma guerra, mas não é uma guerra às drogas, é uma guerra ao cidadão. E não ao ‘**cidadão de bem**’, entre aspas, que diz que **bandido bom é bandido morto**, porque na verdade, essa guerra é só um disfarce pra morte de preto, pobre e favelado.”

Civilizar e legitimar as mortes de populações faveladas implica em um trabalho de criação de um *inimigo ficcional* que se configura em uma ameaça contra as vidas que estão no conjunto que corresponde ao que é posto como bom e civilizado. A guerra a pretos, pobres e favelados também é uma guerra de ontologias que não está fora de um processo de contínua colonização. “Aos olhos do conquistador, ‘vida selvagem’ é apenas outra forma de ‘vida animal’, uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão” (MBEMBE, 2016, p. 133).

Esse outro está fadado a ser uma ameaçada que precisa ser aniquilada.

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minhas vida e segurança, eu sugiro, é um dos

muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2016, p. 129)

O contraste entre um “cidadão de bem” versus “bandido” é produzido pelo modelo de Estado-nação brasileiro que cria uma distinção entre uma “boa” e uma “má” população, construindo territórios de marginalidade e uma distribuição desigual da precariedade⁴. Tudo que escapa do *enquadramento* (Butler, 2006, 2015) produzido por esse modelo é colocado na linha de inimigo. O que foge do enquadramento precisa ser aniquilado. Tanto corpos como os territórios onde vivem esses corpos, vide a precariedade da infraestrutura, saneamento básico, serviço de distribuição de energia e as remoções que esses territórios sofrem. As marcas corporais e territoriais se inter cruzam e se conectam configurando-se em um corpo só. Corpos-territórios. Esse intercruzamento nas vítimas permite que o Estado as controle, justificando assim suas mortes. Essas inscrições são a condição principal da execução dessa população e a função do racismo nesse jogo é de regulador dessas mortes (Mbembe, 2016) e da distribuição desigual dessa precariedade. Quais são essas marcas? Joana responde: “preto, pobre e favelado”.

“Meu filho que não foi assassinado, mas era o filho de outra mãe. A mãe tava chorando porque tinha perdido seu filho. E eu como mãe imaginava, só podia imaginar como era aquela dor”

Juliana Farias (2014), chama a atenção para aquilo que ela vai chamar de substância comum. De acordo com a autora, há uma “eficácia política de símbolos que indicam uma substância comum, como laços de sangue e metáforas de parentesco” (Ibid., p. 4). Na fala de Joana que destaquei acima, percebemos como esses vínculos possibilitam a constituição de uma identidade política “dotada de forte legitimidade no seu clamor por justiça”. (Ibid., p. 4). As experiências de dor e violência criam laços que unem sujeitos da dor (Araújo, 2017), essa condição compartilhada fez Joana se identificar com a mãe do seu vizinho que tinha sido assassinado. Sua angústia começou quando imaginou que

⁴ Para uma melhor arguição sobre a construção do Estado-nação brasileiro, a partir de uma discussão racializada, consultar Gabriel Feltran (2017)

seu filho é que estava na calçada sendo alvejado pelo policial do BOPE, quando viu que não era ele, a certeza da dor de outra mãe se tornou uma extensão da sua. Os laços que se formam por esses sujeitos que são unidos pela dor, criam novos vínculos que, em alguns contextos, reconstróem esses sujeitos. A organização e luta das mães de vítimas da polícia é um exemplo da capacidade recriadora desses laços. A transformação da dor em luta. Não somente na seara do público, esses laços também reconstróem o cotidiano dessas mães quando tornam seu mundo, tomado pelo terror e caos de perder um filho, mais habitável. Isso é possível a partir do estabelecimento de relações de amizades e cuidados com outras mães.

“Gente como a gente, gente aqui da favela, gente da nossa quebrada”

Para os familiares, o discurso que precisa ser lembrando de seus entes mortos é que eles se encaixavam nos enquadramentos morais de cidadãos, de pessoas, de vidas. Na morte de Marcos Vinícius, um dos grandes signos usados nas manifestações de indignações a respeito de sua morte foi o fato do menino estar indo para a escola no momento em que foi alvejado. A farda suja de sangue virou símbolo de luta e a frase “eles não viram que eu tava com uniforme da escola, mãe?”, uma das últimas frases dita pelo menino foi estampada em cartazes e artes denunciando seu assassinato. Dessa forma, os territórios de memórias, são esferas onde essa acontece a disputa por qual lembrança da vítima deverá permanecer legítima.

Farias aciona os *territórios de memória*, os quais se transformam em esfera de disputa de qual discurso é o legal, o da família da vítima ou o do Estado. O Estado usa de enquadramentos (Butler, 2015) morais para a legitimação dessas mortes. É recorrente que a polícia alegue que a vítima se configurava em um suspeito por possuir alguns traços (aqui possuindo um recorte de raça atribuído por Davis 2016) ou estar carregando algum acessório no momento em que foi alvejado. Podemos ver um exemplo disto na etnografia feita por Adriana Viana e Juliana Farias sobre mães de vítimas: “mas os senhores viram o que uma das testemunhas falou. O que ele levava nas costas? Uma mochila! E todos vimos agora na televisão os traficantes fugindo da Vila

Cruzeiro. E o que eles levavam nas costas? Mochilas!” (Idem., p. 104), palavras proferidas pelo advogado defensor no julgamento de um policial acusado de assassinato. Como pontua as autoras, essa fala assenta-se em “lacunas estratégicas produzidas ao longo do confronto de versões sobre as mortes e sobre os mortos, preenchendo-as com o temor difuso frente a esse ‘outro’ encarnado no ‘tráfico’ (p. 104).

Assim como os discursos que são disputados pelos familiares das vítimas e pelo Estado, os corpos também ocupam um lugar nesse campo de disputas. Em sua narrativa, Joana nos conta que o policial tentou levar o corpo de seu vizinho para escondê-lo: “Todo mundo gritando ‘vocês não vão levar, vocês não vão levar’, porque eles queriam levar para colocar dentro do camburão pra acobertar o corpo, mas por causa da nossa pressão, do nosso escândalo, porque todo mundo começou a gritar e fazer paredinha, ficar na frente, eles não conseguiram puxar o corpo, não conseguiram esconder aquele crime, que era só mais um para eles, né”. O que significa um corpo que não existe? Segundo Fábio Araújo (2017), o corpo que não existe é uma explosão de significados. O desaparecimento desses corpos constitui numa forma social, “a partir da qual é possível apreender as dinâmicas de destruição e sofrimento social” (Ibid, 2017, p. 21). Poder enterrar seu parente e chorar sua morte significa atribuir humanidade aquele corpo, que pode, por fim, “descansar em paz”.

Alguns apontamentos finais

Não concluo esse trabalho. Questiono a mim e ao leitor. Repito o questionamento feito por autores como Mbembe, Butler, Davis, Farias, Vianna e tantos outros: *quem pode viver e quem deve morrer?* Se é verdade que o tempo é uma agência ativa capaz de curar e destruir (Das, 1999) como acontece o refazimento das vidas daqueles que ficaram e lutam para que pelo menos o assassinato de seus filhos seja reconhecido como tal, já que suas vidas foram questionadas como vida tantas vezes?

Afirmo que o debate feito a respeito de vidas faveladas exterminadas pelo Estado não pode ser isento de uma discussão séria de raça e classe, traços inscritos nos corpos dessas vítimas. Uma *esterilização moderna*, portanto, que tem por objetivo ceifar as vidas de pessoas que não conseguiu impedir seu nascimento. Aqueles que ainda continuam vivos precisam ser exterminados, pois representam uma ameaça às vidas de uma população específica, que também tem em seus corpos inscrições corporais de raça e classe. Uma guerra declarada a uma determinada população que carrega em seus corpos inscrições de marcadores sociais que são condição principal para esse extermínio.

Ao utilizar da fala de Joana, quando esta foi recitar poesia em uma batalha poética de rua da sua favela, percebo que se é no Estado-margem que se faz e refaz esse governo de mortes, também pode ser possível nessas margens *tomadas de ar* dessas populações para que elas possam continuar sobrevivendo. Joana encontrou no ato de recitar poesia e no seu testemunho uma forma de compartilhar sua dor, um “reabitar a vida, o cotidiano e o espaço” (MAGALHÃES, 2018). Mesmo nevrálgicas, essas mortes também são extremamente potentes. Como foi o caso Marielle Franco, que resultou no aumento de candidatas negras eleitas dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro.

A etnografia é sempre relacional, fazer etnografia é fazer relação. Eu mesma, fiz-me pesquisadora (e, provoco, por que não pessoa?) junto a essa experiência. O que fazer com as narrativas de sofrimentos que escutamos? Temos responsabilidade sobre aquilo que escrevemos, como também sobre o que nos isentamos em escrever. A preocupação em não fetichizar o horror que constitui o mundo dessas pessoas é uma preocupação que deve existir nas Ciências Sociais e na Antropologia.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007

ARAÚJO, Fábio. Das Técnicas de Fazer Desaparecer Corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

BOLTANSKI, Luc. El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DAS, Veena. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n.40, pp.31-42, 1999.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016.

FARIAS, Juliana. Governo das Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS / UFRJ, 2014.

FERNANDES, Camila. Figuras da Causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese de Doutorado. PPGAS/MN/UFRJ, 2017.

FOUCAULT, Michel. "Direito de morte e poder sobre a vida". In Foucault, Michel, História da sexualidade. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1980.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica : curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

VIANNA, Adriana. FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu. 37. Julho-dezembro de 2011.